

**Revista de Literatura,
História e Memória**



Seção: Pesquisa em Letras no contexto
Latino-americano e Literatura, Ensino e
Cultura

ISSN 1983-1498

VOL. 15 - Nº 26 - 2019

UNIOESTE/CASCADEL - P.106-121

**MULHER, MEMÓRIA E DITADURA NO BRASIL: OS
LUGARES DE ESCASSEZ EM *OUTROS CANTOS*, DE
MARIA VALÉRIA REZENDE¹**

**Mujer, memoria y dictadura en el Brasil: los lugares de
escasez en *Outros cantos*, de Maria Valéria Rezende**

Caroline Peres Martins²

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a construção da memória em *Outros cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende, publicado após a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e na esteira de rememoração do cinquentenário do golpe militar. A obra de teor testemunhal, onde as fronteiras da memória, história e testemunho se inter cruzam, desloca-se entre o presente enunciativo e o passado da narradora Maria. Ao rememorar

o passado ditatorial brasileiro (1964-1985), a escrita de autoria feminina concede protagonismo à mulher-militante, a qual sofreu com um duplo apagamento na historiografia oficial, desvelando a participação dessas mulheres nas organizações políticas. Sendo assim, ao ceder voz aos silenciados, também focaliza o nordeste brasileiro, como palco de resistência e cenário para representar a alegoria da falta: a ausência de direitos políticos e equidade de gêneros, o qual desvela que a opressão sofrida pela mulher é anterior à violência dos agentes de Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Militância; Memória; Ditadura.

RESUMEN: El presente artículo pretende investigar la construcción de la memoria en *Otros cantos* (2016), por Maria Valéria Rezende, promovido por la Comisión Nacional de la Verdad (CNV) y tras el recuerdo del ejercicio militar del golpe. El trabajo de un “teor testimonhal”, la historia y la rectificación de los votos, cambia entre el presente enunciativo y el pasado del narrador Maria. Para rememorar el pasado dictatorial brasileño (1964-1985), un escrito de autoría femenina otorga prominencia a la mujer oficial, que revela a una mujer en la política. Entonces, la voz del silencio, el foco del vecindario nepal, es el caso de la mente y el escenario de la alegoría del carencia de portavoces: la ausencia de líderes políticos y la igualdad de géneros, el estado.

PALAVRAS-CLAVE: Mujer; Militancia; Memoria; Dictadura.

MILITAR: VERBO INTRANSITIVO SEM FLEXÃO DE GÊNERO

*Es hora que las mujeres participemos en el
gobierno del país.*

Julia Alvarez

A violência repressiva dos Estados autoritários latino-americanos potencializou a

¹ Trabalho realizado com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/17192-3.

² Mestranda em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/IEL). E bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

invisibilidade da mulher como sujeito social e político. Todavia, o sistema estabelecido pelas ditaduras apenas reforçava as raízes patriarcais e sexistas já presentes na sociedade. Nesse sentido, também passam a ser monitoradas por agentes estatais e suas respectivas instituições.

Os governos militares pretendiam mantê-las afastadas dos problemas de ordem política, para relegá-las ao espaço privado, no rol doméstico, onde deveriam exercer suas funções de mãe ou esposa. Ao serem silenciadas pelo discurso oficial, colocou-se uma espécie de dupla censura: o âmbito público não lhes pertencia e elas não deveriam se opor ao governo, justamente por serem mulheres.

No caso brasileiro, a ditadura civil-militar (1964-1985) entende a mulher militante como um ser digressivo, a qual foge daquilo que se espera dela – o cuidado com as funções domésticas. Conforme a historiadora Ana Maria Colling (2015, p.378), o Estado não a vê como uma mulher, mas como um “desvio”. A esse sujeito desviante restam os rótulos de prostituta, promíscua e comunista, categorias postas pelos agentes militares.

Ao ser nominada como “puta comunista”, o aparato repressivo a considera “uma prostituta à procura de homens, já que os partidos políticos são espaços de atuação masculina, ou (...) homossexual, ocupando espaços masculinos”. Nota-se que os anseios e os posicionamentos políticos eram anulados, como se a mulher não possuísse emancipação e autonomia para integrar um movimento de oposição. Descobrir a identidade de seu pai, marido ou irmão era mais importante do que desvendar a qual partido a “subversiva” estaria vinculada (COLLING, 2015, p. 379).

As próprias organizações de resistência corroboravam com a falta de visibilidade dada à mulher. Elas não eram bem aceitas, muitas vezes, pois em tais espaços havia a noção de que menstruação, gravidez e maternidade seriam incompatíveis com a militância. E, por isso, dificilmente ocupavam o posto de dirigentes.³

Essas questões desvelam que os grupos de esquerda não rompiam com a lógica patriarcal e não colocavam em pauta as relações de poder imbricadas entre os sexos. A condição de permanência nesses grupos, então, era afastar os debates entendidos como divisores da luta principal: a de resistência ao regime e estruturação da revolução.

Nesse quadro, as próprias mulheres abafavam a sua sexualidade a uma condição sem sexo, nomeadas somente como a militante política. Ou seja, a fim de se instituírem “como

³ Cf. MEMÓRIAS DA DITADURA. Mulheres. Memórias da Ditadura [online], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem a identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral” (COLLING, 2015, p. 379).

Quanto às violações de direitos humanos, eram expostas a sevícias diferentes das reservadas aos homens. O grupo de investigação “Ditadura e Gênero”, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que publicou seu relatório final em dezembro de 2014, aponta para as violações praticadas ou consentidas por agentes estatais. A CNV compreende essas práticas como um mecanismo de poder e dominação:

Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. Nesse espaço desempoderado, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em *loci* de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas (BRASIL, 2014, p. 402).

Submetidas à lógica da violência, gestantes tiveram seus filhos abortados, esposas foram violadas com o intuito de incriminarem seus maridos e crianças foram torturadas ou assistiram à tortura de seus pais. Ainda na década de 80, antes mesmo da investigação desenvolvida pela CNV, o projeto *Brasil: nunca mais* examinou por volta de 850 mil páginas processuais movidas contra presos políticos. Frente ao final da ditadura, a pretensão era impedir que esses arquivos fossem destruídos e difundir informações a respeito do emprego indiscriminado de violações de direitos humanos nos porões de tortura. O resultado da pesquisa foi a publicação de um relatório e de um livro (de nome homônimo ao projeto), editado em 1985.

A obra traz uma série de denúncias contra a Justiça Militar quanto aos abusos sofridos, de sexo e gênero, durante os interrogatórios e afirma que “os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 46).

Embora tenham integrado movimentos de contestação política e sido vítimas da polícia-política, não só diretamente, mas também como mães e esposas de desaparecidos políticos, há um hiato no que toca a mulher militante no regime militar, visto que o processo histórico e a

narrativa oficial, controlada pelos detentores de poder, excluem os sujeitos minorizados.

Com efeito, a edição da anistia política de 1979, conduzida pelos próprios militares, objetivava apagar a história recente e os abusos cometidos contra opositores do sistema. Mesmo que houvesse a imposição do silêncio institucionalizado, muitos escritores decidiram fazer justiça por meio da lembrança, conforme o imperativo categórico de Paul Ricoeur (2007), acerca do dever de memória. Isso impulsionou uma série de publicações as quais tematizavam os anos de chumbo, sobretudo depois da promulgação da Lei de Anistia (6.683/79). Entretanto, das trinta e oito obras apontadas pelo historiador Flamarion Maués (2011), publicadas entre 1975 e 1979, somente quatro delas são de autoria feminina.

Em uma publicação mais recente, Eurídice Figueiredo (2017) divide o extenso “arquivo literário”, como cita a autora, cujos cenários das narrativas refletem o período militar, em três momentos de edição: o primeiro período (1964-1979); segundo período (1979-2000) e o terceiro período (2000-2016). Unindo os dois primeiros blocos de publicação, verifica-se que a crítica elenca 27 obras, de gêneros diferentes, publicadas entre 1964 e 2000. Dentre as obras publicadas no período, somente três delas não são assinadas por escritoras: *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles; *O estandarte da agonia* (1981), de Heloneida Studart e *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado.

Embora tenham desafiado o sistema político, as militantes permaneciam numa zona de invisibilidade no *boom* literário pós-79. Os poucos registros de sua participação na luta contra o regime militar se inscreviam na literatura por meio de livros de memória e testemunho publicados por seus ex-companheiros de militância. É o caso de “O que é isso, companheiro?” (1979), de Fernando Gabeira e “Os carbonários” (1980), de Alfredo Sirkis. Esse cenário começa a se modificar somente depois de 2000.

A revisão de Figueiredo (2017) indica que, no terceiro período de publicação (2000-2016), foram impressos dezessete livros, cujas temáticas remontam o Estado autoritário de 1964-85. Esse novo fenômeno de edições, impulsionado, em particular, pela conclusão dos trabalhos da CNV e pelo cinquentário do golpe militar em 2014, resultou na publicação de nove livros de autoria feminina. A saber, como exemplo, *Não falei* (2004), de Beatriz Bacher; *Azulcorvo* (2010), Adriana Lisboa; *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla; *Cabo de guerra* (2016), de Ivone Benedetti e *Outros cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende – objeto de análise neste artigo.

MILITÂNCIA: SUBSTANTIVO FEMININO

Maria Valéria Rezende é missionária católica e, desde a juventude, dedica-se à educação popular nas periferias, assim como no sertão. Integrou a Juventude Universitária Católica (JUC); ajudou a publicar, na Itália, as cartas redigidas por Frei Betto na prisão e, ainda, escondeu militantes perseguidos, a fim de ajudá-los a fugir do país. Durante a ditadura, deixou o Brasil e viveu em vários países, por exemplo, França, Cuba e Angola (FIGUEIREDO, 2017).

A autora, a qual fez sua estreia tardiamente na literatura, opta por ceder voz aqueles que não são lembrados pela história, para denunciar que o presente se constituiu sobre rastros de violência. Em visto disso, *Outros cantos* exerce “uma política do nome próprio em relação ao passado, em que a violência não se eufemiza nos disfarces linguísticos”. Sua narrativa ficcional possibilita, assim, uma “monumentalidade alternativa” (VECCHI; DALCASTAGNÈ, 2014, p.12).

A narrativa rememora o passado autoritário sob outra perspectiva, a de uma escritora, a qual concede à mulher lugar de destaque e protagonismo, sem minimizar a violência contra seus companheiros de militância. Essa focalização é bastante marcada pelo teor testemunhal, elemento que associa a presença do traumático a representação literária acerca do evento (SELIGMANN-SILVA, 2003). Nessa perspectiva, a obra (*Outros cantos*) é narrada em primeira pessoa por Maria, cujo nome é o mesmo da escritora.

A personagem não é freira, mas também é uma educadora popular, a qual integrava um movimento de oposição à ditadura. Como se observa em: “na minha bagagem apenas um livrinho, impresso em espanhol após duas páginas em belos e indecifráveis caracteres chineses, vindo do outro lado da bolsa do mundo” (REZENDE, 2016, p.106). Subentende-se que a temática era relacionada à Revolução Cubana e/ou ao líder chinês comunista, Mao Tsé-Tung.

A narradora-memoranda não fornece muitas descrições acerca do movimento de resistência do qual participava, entretanto, Figueiredo (2017) defende que a protagonista era militante da Ação Popular (AP). A AP era uma organização política de esquerda criada durante a década de 60, resultado da atuação de militantes estudantis da JUC, cuja pretensão era promover a conscientização política e incitar a participação em ligas camponesas, as quais pretendiam derrubar o governo e reformar o sistema sem o uso de armas.

Como militante, sem revelar suas reais pretensões, Maria percorre diversos países

(Argélia, México e França) até se estabelecer em Olho d'Água, município localizado no sertão nordestino brasileiro. Lá, lecionaria no Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado pelos militares. Durante suas aulas, pautada nos postulados de Paulo Freire, despertaria o senso crítico dos moradores até a vinda de outros companheiros (FIGUEIREDO, 2017).

Como professora, ela deveria incitar a criticidade dos alunos e mobilizar a comunidade contra a dominação dos sistemas capitalista e feudal, bem como do poder ditatorial. Com isso, facilitaria a vinda de seus companheiros:

Saberia, sim, abrir uma frente de inserção, preparar pacientemente a vinda dos demais companheiros para fermentar, por longo tempo, a consciência, a organização, a longa luta, verdadeiramente popular, de baixo para cima, alastrando-se pouco a pouco por todo país e o continente contra todas as formas de opressão. Os que acreditaram nas armas como estopim para que o povo se levantasse e libertasse iam sendo dolorosamente dizimados (REZENDE, 2016, p. 105).

É possível considerar a narradora Maria como uma espécie de alter ego da autora, uma vez que Rezende se propõe a tecer seu relato de teor testemunhal na obra. Importante destacar, aliás, que o texto se estrutura de maneira fragmentária, de modo a oscilar entre o presente enunciativo e as memórias do passado:

No presente a narradora está sentada num ônibus em direção de alguma cidade indefinida do nordeste onde fará uma palestra e nada de muito importante acontece, a não ser algumas paradas e os pequenos acontecimentos triviais que marcam uma viagem de ônibus. Todo o interesse da narradora se volta às lembranças de 40 anos atrás, quando ela foi viver no nordeste (FIGUEIREDO, 2017, p. 99).

A alternância entre o presente enunciativo e as lembranças do passado é impulsionada “involuntariamente por gostos ou por cheiros ou outras sensações” (WHITE, 1999, p.46), impossíveis de serem controladas. Esse tipo de memória é tida como involuntária, para Marcel Proust. Sobre o qual, o crítico literário Edmund White esclarece:

(...) uma lembrança reconstruída, estimulada por fotos ou reminiscências compartilhadas, era invariavelmente incolor. Apenas uma lembrança involuntária, provocada por um gosto ou cheiro, ou outra sensação, podia apagar a passagem do tempo e recuperar uma experiência passada em todo o seu brilho inicial (...) a memória involuntária (...) purifica todos os detalhes desnecessários de um momento esquecido e dele só retém o núcleo singelo (WHITE, 1999, p. 137-138).

Logo no início da narrativa, o cheiro e a sensação remetem ao passado da narradora. Na esteira de Proust, tal memória pode ser vista como involuntária:

O ônibus parou arquejando, e eu adivinhei que ele vinha sentar-se ao meu lado, apesar de tantas cadeiras vazias. Ele veio, grande, maciço, cheirando a couro curtido, suor e tabaco. O odor flui da minha memória, decerto (...) (REZENDE, 2016, p. 9).

A concepção proustiana de memória analisa as lembranças somente em seu prisma individual, diferentemente do sociólogo Maurice Halbwachs – o qual extrapola tal noção e traça uma íntima ligação entre memória e grupos sociais. Por isso, cunha a expressão “memória coletiva”, por considerar que as lembranças não podem ser desconsideradas dos quadros sociais em que os sujeitos estão inseridos (HALBWACHS, 2003). Apesar das teorias se oporem, a de Proust e Halbwachs, o ato de rememoração de Maria pode ser analisado sob a perspectiva da memória involuntária e coletiva. Dessa forma, seu passado seria composto por diversas camadas, em que as memórias retornam, no panorama individual, a partir de cheiros e sensações. E, ainda, no sentido coletivo, pois envolve a presença de outros sujeitos e espaços.

LUGARES DE ESCASSEZ: A ALEGORIA DA FALTA

Há uma história quase sem mulheres nas narrativas oficiais, pois suas memórias são marcadas por esquecimentos e invisibilidades (PERROT, 2017). Ao representar a mulher na literatura, rompe-se com o silêncio posto sob o gênero e cede-se um lugar para elas. Inclusive na literatura, sendo que, muitas vezes, eram representadas pela perspectiva masculina.

No caso de “Outros cantos”, as histórias, memórias e tradições, comumente apagadas e relegadas pelas mais diversas instituições, são recuperadas e expostas por Maria Rezende. Na obra, dá visibilidade a indivíduos e a territórios excluídos do registro oficial da historiografia, ao focalizar o cotidiano de uma militante e evidenciar que os movimentos de oposição ultrapassaram o eixo Rio-São Paulo. Os pesquisadores Thays Keylla de Albuquerque e Adolfo Cordiviola (2017) consideram, ao analisar *En el tiempo de las Mariposas*, de Julia Alvarez, que:

essa obra ser desenvolvida por uma mulher a recuperar a história de outras mulheres que marcaram a memória nacional consiste em algo (...), já que tanto a literatura como a história são áreas em que, tradicionalmente, a presença

feminina é extremamente limitada, seja como autora, seja como personagem (ALBUQUERQUE e CORDIVIOLA, 2017, p. 53).

Os argumentos tecidos por Albuquerque e Cordiviola (2017) se aplicam a *Outros cantos*, pois a autora recupera a história de outras mulheres e lugares segregados pela historiografia. Nesse sentido, Maria também percorre o sertão de outros países. Isso demonstra a intenção de Rezende em registrar seu testemunho, como militante e missionária, assim como o seu engajamento com outras mulheres, por meio de “saberes tradicionais ligados à fiação, tecelagem, cozinha, parto, medicina tradicional e ensinando, em troca seu saber alfabetizador” (FIGUEIREDO, 2017, p. 99).

Destaca-se que a narradora-protagonista, ao se estabelecer em espaços de precariedade, não impõe sua cultura e seus costumes da “sociedade civilizada” ao “outro”. Sem ter meios para começar suas aulas no sertão nordestino, em virtude da escassez de recursos, ela se insere no cotidiano da cidade e adere às tradições locais, cercada de presenças femininas. Dentre elas, a personagem Fátima, a qual acolheu Maria em Olhos d'Água. A focalização dada às personagens ao longo da narrativa faz com que haja quase que uma ausência de figuras masculinas no texto, mesmo que os homens permaneçam nas lembranças das esposas abandonadas.

Frente ao contexto de marginalização, representado por meio da personagem Fátima, remete-se às reflexões apresentadas pela crítica feminista quanto aos marcadores sociais da diferença; seriam eles, como exemplo, classe, etnia ou territorialidade. É essa personagem marginalizada e oprimida por sua condição de mulher, sertaneja/nordestina e pobre, que é destacada por Rezende, de forma a ceder visibilidade aos não citados e colocados num limbo pela história.

O cenário sertanejo, no qual habitava Fátima, tinha limites bem demarcados pela divisão social das tarefas entre os gêneros. As práticas machistas e opressivas almejavam o controle e a ocupação dos corpos, bem como das condutas das mulheres, estabelecendo a marcação dos lugares que as “pertenceria”.

A estrutura da lógica patriarcal e sexista não requeria legitimação, porque era naturalizada e inquestionável, devido às imposições de ordem masculina enraizadas na sociedade nordestina. As mulheres eram despojadas de seus corpos, regulados por seus pais, noivos, maridos, patrões e pelo governo militar. Em tal lógica, percebe-se que, além da divisão dos espaços entre os gêneros, ainda existe a divisão por classe.

Fátima, certa noite, confessou a Maria:

Havia cinco anos, o marido, o Tião, se fora embora, buscar dinheiro onde havia. Na agricultura, ali, mais nenhuma esperança. Ele tinha tentado. Era o restava para quem não tinha tear nem gado. Terra havia de sobra, mas nada de comer medrava o suficiente para manter tantas vidas o ano todo (...) foi-se. Sem dizer mais nada. Não era preciso. As últimas chuvas, como ato de despedida, haviam arrombado a parede do açude, a duras penas erguida sob a vertente do morro onde corria a enxurrada em ano de inverno bom. As outras águas eram do Homem, do Dono (REZENDE, 2016, p. 35-36).

Fátima - subjugada ao “dono”, um homem - e que “ficou seca, quem sabe viúva por um tempo incontável. Mulher sem tear e sem homem” (REZENDE, 2016, p. 36), precisou sublevar as funções sociais, diferentes, postos aos sexos. Então, ela passa a ocupar um espaço “fora de lugar”, a “única mulher a remexer uma cadeira de tinta, entre os homens mudos” (REZENDE, 2016, p. 24). Esse ambiente considerado adequado somente para o trabalho masculino foi igualmente ocupado pela amiga Maria.

Fátima, ao ser abandonada pelo marido, insere-se na esfera do trabalho – para além do espaço circunscrito da casa, em um posto tipicamente masculino, a fim de sustentar a família. No entanto, assumiu uma dupla jornada e não pôde romper com a desigual divisão sexual do trabalho: os cuidados domésticos continuavam incumbidos a ela. A personagem rompia, temporariamente, com a fronteira daquilo que era destinado às mulheres somente em virtude da necessidade de sustentar seus dependentes. Desse modo, mantém-se subjugada ao “dono” e ao esposo, já que pretende acolhê-lo de volta ao lar, caso retorne.

A marca do abandonado é comum a duas personagens: Fátima e Maria Socorro. Personagens que não conseguem cessar, definitivamente, com a “hegemonia histórica do patriarcado” e o sistema dominado por figuras masculinas (AZEVEDO e DUTRA, 2019, p. 13). No caso de Fátima, apesar de não sofrer violência física, o marido não dividiu com a esposa sua pretensão de partir à procura de trabalho. Pelo contrário, foi embora sem ao menos avisar e se despedir.

Além de deixar a família sem notícias, não colaborava com o sustento dos filhos, porém, a esposa aguardava-o: como não se lembrava de seu rosto, iria identificá-lo “pela voz, pelo seu modo de aboiar e, por isso, deixaria que ele a emprenhasse de novo” (REZENDE, 2016, p.225). Esse excerto desnuda os rastros de sujeição presentes na relação conjugal entre Fátima e seu cônjuge, pois ao cogitar o retorno do marido demonstra sua passividade/submissão. Sendo que

o esperava e permitiria que ele a engravidasse novamente, como se seu corpo fosse somente destinado ao prazer do homem e a reprodução.

Quanto à Maria do Socorro, vizinha de Maria em Olho d'Água, era casada com Cícero, que:

foi buscar num arruado perdido num fim de mundo a menina Socorro, de quem se agradara, e ela veio sem resistência e nem razão (...) porém, veio-lhe mais uma vez o desassossego, sumindo de novo caatinga adentro, voltando e partindo de repente, Maria do Socorro sozinha, esperando como sempre tinha estado nesta vida (...) Para Maria do Socorro, havia muito, o tempo se resumia a apenas alguns momentos esparsos: a fuga para casar-se, a morte de uma menina ainda sem nome que ela havia parido sozinha, cada partida e cada visita repentina e passageira de Cícero a caminho de outros cantos onde cavar uma vida. Nunca deixava de semear no ventre dela (REZENDE, 2016, p. 119-120).

Outras formas de violência no contexto doméstico são apresentadas pela narradora, o que desvela a preocupação de Rezende em denunciar questões relativas à violência de gênero, a qual ultrapassava a repressão estatal instaurada depois do golpe de 1964 e a ascensão dos militares ao poder.

De acordo com a filósofa e teórica feminista Elizabeth Grosz (2000, p.67), a misoginia e a opressão do patriarcado “encontrou uma auto-justificativa conveniente para a posição social secundária das mulheres ao contê-las no interior de corpos que são representados, até construídos, como frágeis, imperfeitos, desregrados, não confiáveis”. Ao incutirem essas noções e entendendo-se como passível e subjugada, a mulher/vítima não consegue romper com o ciclo de violência, visto que esse padrão é reforçado pela sociedade. Como bem representado por Rezende, os moradores da cidade eram coniventes com a situação, pois como afirma o ditado popular: em “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Isso pode ser averiguado no episódio em que Maria, ao ouvir os pedidos de socorro de uma mulher, invade a casa e lança o imperativo: “Para, para, seu covarde!” e, em seguida, ouve da própria mulher: “Não se meta, sua enxerida, fora daqui. É meu marido, eu sou a mulher dele, ele me bate quando quiser e você não se meta nisso”. Maria, estatelada, recorre à amiga Fátima e narra, entre “soluços”, o que houve. Porém, é advertida: “Ixe! E você foi se meter nisso, menina? É doida? Nunca ouviu dizer: em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?” Quis protestar, mas Fátima insistiu, “É costume, ninguém morre disso não” (REZENDE, 2016, p.125).

Para mais, observa-se uma ânsia, por parte de Rezende, em revisar a história dos

vencidos, como sugeria o filósofo Walter Benjamin nas *Teses*. Diante disso, a respeito da organização na qual militava, que não adotou a luta armada, “as limitações se concretizavam na própria incapacidade daqueles que se engajaram na resistência à ditadura no sentido de estabelecer um ‘canal de comunicação’ com os pobres e oprimidos” (PERLATTO, 2017, p. 734).

O aspecto levantado pelo historiador Perlatto (2017) problematiza as limitações verificadas pela memorialista ao se estabelecer no sertão nordestino, mesmo ao iniciar suas aulas, baseada na proposta de ensino do educador Paulo Freire, incitar a criticidade era uma tarefa mais complexa do que ela imagina:

Minhas tentativas de conscientizá-los, como propunha o mestre educador, porém, esbarravam na doutrina que lhes tinham destilado por séculos, “A vida é assim mesmo, o que Deus fez a gente tem que aceitar, Ele sabe por que a gente nasceu pobre para viver pobre até chegar no céu”. Já se falava em eleição, e tentei fazê-los refletir e questionar as práticas políticas, conforme minha cartilha de educadora revolucionária. (...) filho e neto de prefeitos, era o candidato pela segunda vez. “Lembram quem foi que ele nomeou, da primeira vez, para os cargos importantes da prefeitura?” Claro, como eu previa, a mulher, o sogro, a filha, o cunhado, o afilhado... “E vocês acham que isso está certo?” Certíssimo, achavam todos, as cabeças assentindo convictas, pois “se ele não ajudar nem a família dele, a quem mais é que vai ajudar?” (REZENDE, 2018, p. 143).

A narradora ainda se lembra dos “suspeitos títulos de eleitor”, de pessoas que, em tese, sabiam assinar seu nome e deixavam o documento guardado no escritório do vereador, por “segurança” (REZENDE, 2016, p.142). Essa prática chama atenção por se remeter à prática conhecida como voto de cabresto e despoja a alienação da população, frente a um sistema de corrupção.

Com respeito a esse contexto, em certo momento, ela desabafa: “esmorecia, levava uns dias abanando afanosamente minhas esperanças para reaviar-lhes as brasas” (REZENDE, 2016, p. 143). Seu desabafo desnuda as limitações e problemáticas enfrentadas pela esquerda durante a ditadura, inclusive por parte de movimentos de guerrilha: “a experiência de um mundo duramente concreto contradizia qualquer ideário abstrato (...). Havia de aprender tudo para poder ensinar” (REZENDE, 2016, p. 106).

A população permanecia alheia não somente graças aos mecanismos de censura, mas também porque a dura realidade cotidiana, do trabalho explorado e das necessidades de sobrevivência, pareciam distanciar a possibilidade de assimilação de ideários políticos de lutas

por reformas sociais e do próprio momento atravessado pelo país.

As dificuldades enfrentadas pela mulher-militante são realçadas pela memorialista, posto que qualquer deslize poderia culminar na prisão, tortura, delações e assassinatos de companheiros:

Por mais que buscasse, não encontrava outro caminho digno e honesto para os companheiros, conhecidos e desconhecidos, com quem tinha me comprometido. Devia desenrolar-me sozinha, incomunicável pelo tempo que fosse necessário, para não despertar suspeitas, até criar condições para a vinda dos outros (REZENDE, 2018, p.105).

As lembranças do passado rememorado dão a entender que, por conta do arbítrio, Maria precisou percorrer diversos países até se estabelecer na região nordestina, a fim de prosseguir com os projetos de sua organização política. Ou seja, reflete-se acerca do desterro de muitos militantes. Nessa lógica, Perlatto (2017) explica que o homem o qual é constantemente recordado pela narradora:

que não sabemos se é a mesma pessoa, embora possua sempre o mesmo olhar - que ela reencontra em diferentes momentos de sua vida, com nomes diferentes, como a indicar aqueles que participaram da resistência ao regime, escondidos em diferentes lugares do país e do mundo, valendo-se de disfarces e fugas, para escapar dos agentes de repressão (PERLATTO, 2017, p. 737).

A protagonista não se recorda somente dos companheiros exilados. Os desaparecimentos políticos e os mortos não são esquecidos pela narradora-protagonista:

Naquele mundo de escassez, a força e a beleza do trabalho humano saltavam aos olhos, eu aprendi a viver ali, retomava esperanças, ia, aos poucos, deixando descasarem em paz os meus mortos e perguntando-me quando seria capaz de saber o que fazer para transformar em nova vida os injustiçados e dores (REZENDE, 2016, p. 29).

Ao longo da obra, novamente, indaga-se:

Éramos muitos, decididos a assumir esse caminho, mas onde estariam os outros? Vivos? Desaparecidos, desanimados, apanhados pelos olhos perscrutadores da ditadura, torturados, resistindo ou não? Naqueles anos, para nós, a invisibilidade e a incomunicabilidade eram condições essenciais para o êxito (REZENDE, 2016, p. 106).

Mesmo esperançosa, apercebe-se que as dúvidas, medos e os fantasmas dos

companheiros assassinados, ainda retornavam à mente dos militantes. Esses espectros ainda devem assombrar Maria, mesmo depois de quarenta anos, visto que os mortos não podem descansar em paz. Os restos mortais de militantes assassinados pelos agentes de Estado ainda não foram localizados e entregues aos familiares, logo, ainda são considerados desaparecidos políticos. A falta de esclarecimento das circunstâncias de desaparecimento, localização dos corpos e a ausência de punição aos agentes executores demonstram que o Estado brasileiro ainda não enfrentou a história recente.

Na narrativa, o passado em camadas atua para lembrar as manifestações populares, as quais desafiavam a truculência do regime:

aguçou a memória e pôs-se a desenrolar outro rolo de filme ali guardado e empoeirado.

Vejo-me, então, no meio de um turbilhão de corpos, braços, bandeiras, faixas, desfazendo repentinamente as fileiras que há pouco marchavam ritmadas, ouço latidos, ruído de cascos batendo no asfalto e, em seguida, tiros, encobrendo e fazendo cessar o coro que cantava “O povo unido jamais será vencido!”. Como formigas desorientadas pelo bruto pé que se atravessa em seu caminho, não sabíamos para onde correr, tomando sentidos contrários (REZENDE, 2016, p. 127).

A radicalização da repressão estatal abafada cada vez mais esse tipo de manifestação popular, o que explica a comparação feita pela narradora, como se os opositores fossem formigas esmagadas pelo pé grande – os militares. Nas últimas páginas do livro, Maria traz à tona, de forma mais enfática, o vasto caminho o qual ela teria de percorrer, a fim de cumprir:

(...) o papel que me deram eles de lhes contar histórias [os sertanejos], ou o que tinham dados os companheiros, de mudar a História, sob a máscara de professora que o governo mandou para ensinar gente grande a ler, livro nenhum por enquanto, todos os livros do mundo um dia, depois, e esperando chegarem a hora e os sinais da possibilidade de mudar o que produzia tantas dores, sem perder, porém, o que era só beleza (REZENDE, 2016, p. 144).

Apesar da complexidade da tarefa assumida pela militante, tal qual as incertezas/dificuldades, percebe-se que o tom de otimismo e o anseio de enxergar a beleza, capaz de modificar a realidade posta, não é abandonado por ela:

Já me preparava para enviar aos companheiros, logo que se apresentasse a ocasião, segundo os complicados caminhos e códigos que havíamos estabelecido, uma mensagem a dizer que tudo estava correndo conforme o esperado, aguardassem o sinal para o próximo passo (...) a hora chegaria

(REZENDE, 2016, p. 144).

A hora, tão aguardada por Maria e por seus companheiros da AP, não chegou. E os sertanejos, os quais soavam tão alheios à realidade política do país e a truculência das Forças Armadas, são os que batem a sua porta de madrugada, avisando-a da aproximação do Exército, que “procurava gente estranha”. Afinal, como menciona a narradora: “Eles sabiam, sem saber, muito mais sobre mim do que eu imaginava. Parti” (REZENDE, 2016, p.145).

Os lugares de escassez desbravados pela narradora funcionariam como uma grande alegoria da falta: de equidade entre gêneros e classes, assim como de direitos suspendidos pelo momento antidemocrático do Brasil (1964-1985). A escrita de teor testemunhal de Maria Valéria Rezende tenta inscrever, na memória coletiva da sociedade brasileira, a revisão do passado recente e os atores políticos envolvidos nesse processo. Em especial, quanto à participação de mulheres na militância, uma vez que o espaço político é historicamente masculino, demonstrando que as desigualdades nas relações de gênero são notáveis em todas as instâncias sociais. Ao conceder protagonismo às mulheres, não focaliza somente a militante, mas todas aquelas que também são segregadas pela história oficial e que foram representadas, através do tempo, pelo olhar masculino na literatura. Portanto, o formato fragmentário da narrativa, recorda o passado e reflete a respeito de práticas que se perpetuam no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Thays Keylla de; CORDIVIOLA, Alfredo Adolfo. Mulher e ditadura na América Latina: uma análise de *En el tiempo de Las Mariposas*, de Julia Alvarez. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 49, p.49-67, 12 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/26824/pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ALVAREZ, Julia. **En el tiempo de las Mariposas**. New York: A Plume Book (Penguin Group), 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AZEVEDO, Ana Karina Silva; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v.14, n.2, p.1-14, jun. 2019.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200011. Acesso em: 29 out. 2019.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e**

política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BRASIL. Violência sexual, violência de gênero, violência contra crianças e adolescentes. In: _____. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Cap. 10. p. 400-435. v.3.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **Opsis**, Catalão, v.15, n.2, p. 370-383, 19 dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GROSZ, Elizabeth. Corpos Reconfigurados. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 14, p.45-86, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>. Acesso em: 17 jul. 2019.

HALBCHAWS, Maurice. **Memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.

MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela anistia. **Perseu**: história, memória e política. São Paulo, v.6, p. 257-277, 2011. Anual. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/210/169>. Acesso em: 4 jun. 2019.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Mulheres. **Memórias da Ditadura** [online], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p.721-740, dez. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/69138/70165>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2017.

REZENDE, Maria. **Outros cantos**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: _____. (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 7-44.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 43, p. 11-12, jan./jun. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 mar. 2019.

WHITE, Edmund. **Marcel Proust**: breves biografias. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.

Recebido: 26/07/2019

Aprovado: 18/11/2019